

MANIFESTO DO SETOR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

Uma Agenda Estratégica
para o Brasil **2027–2030**

UMA AGENDA PARA O BRASIL



Não existe desenvolvimento econômico sustentável sem um ambiente de negócios competitivo e capaz de estimular quem empreende, investe e gera empregos.

Às vésperas das Eleições Gerais de 2026, **a Unecs - União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços** apresenta aos candidatos à Presidência da República uma agenda estratégica construída a partir da experiência de milhares de empresas e lideranças empresariais de todo o país.

Este documento reúne propostas objetivas para fortalecer o comércio e os serviços — setor responsável pela maior parcela do PIB brasileiro, pela maioria dos empregos formais e pela presença econômica em praticamente todos os municípios brasileiros.

Ao analisar esta agenda, os candidatos estarão dialogando com um dos mais amplos e representativos setores da economia brasileira e, sobretudo, com milhões de pessoas que, todos os dias, transformam trabalho, investimento e empreendedorismo em crescimento econômico, arrecadação, emprego, renda e desenvolvimento para o Brasil.

Mais do que um conjunto de propostas, este Manifesto representa um compromisso com um Brasil mais competitivo, mais produtivo, mais inovador e socialmente mais justo.

**UMA AGENDA CONSTRUÍDA PARA CONTRIBUIR COM O
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A GERAÇÃO DE
EMPREGOS E A COMPETITIVIDADE DO BRASIL.**

5 EIXOS TEMÁTICOS



01

UM ESTADO MAIS EFICIENTE E MODERNO

- Reforma Administrativa
- Digitalização e Desburocratização
- Combate à Corrupção

02

SEGURANÇA JURÍDICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- Segurança Jurídica
- Relações de Trabalho
- Cadeias Produtivas

03

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

- Reforma Tributária
- Crédito
- Infraestrutura
- Desenvolvimento Regional
- Preservação da Economia Real (Apostas On-line)

04

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

- Tecnologia
- ESG

05

EMPREENDEDORISMO, EMPREGO E SEGURANÇA

- Empreendedorismo Feminino
- Segurança Pública

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Senhoras e Senhores Candidatos à Presidência da República,

As eleições representam um momento de renovação de ideias, prioridades e compromissos com o futuro do Brasil. É também uma oportunidade para fortalecer o diálogo entre o poder público e os setores que, diariamente, impulsionam a economia nacional.

É com esse propósito que a UNECS entrega este documento: como uma contribuição técnica, construída a partir da experiência de quem conhece os desafios e as oportunidades do ambiente de negócios brasileiro.

As entidades que integram a UNECS representam milhões de empreendedores, trabalhadores e empresas presentes em todos os estados e na grande maioria dos municípios brasileiros. São pessoas que investem, produzem, abastecem, inovam e geram oportunidades todos os dias.

Esperamos que esta publicação contribua para o debate sobre políticas públicas capazes de impulsionar o crescimento econômico, ampliar a segurança jurídica e criar um ambiente cada vez mais favorável ao empreendedorismo, ao investimento e à geração de empregos.

A UNECS reafirma sua disposição permanente para o diálogo institucional, convicta de que o desenvolvimento do Brasil é resultado da construção conjunta entre Estado, iniciativa privada e sociedade.

Confiamos que o próximo ciclo de governo será marcado pela capacidade de ouvir, construir consensos e transformar desafios em oportunidades. O Brasil avança quando o diálogo prevalece, quando a livre iniciativa é valorizada e quando o desenvolvimento econômico caminha ao lado do desenvolvimento social.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'LMS'.

Leonardo Miguel Severini
Presidente da UNECS

O SETOR QUE MOVE O BRASIL



73%

DO PIB BRASILEIRO



27

MILHÕES DE EMPREGOS



80%

DAS EMPRESAS ATIVAS NO PAÍS

QUEM É A UNECS

Criada em novembro de 2014, a UNECS tem como finalidade defender os interesses dos setores do comércio e de serviços no Brasil, contribuindo para o debate, o intercâmbio de ideias e o fortalecimento desses segmentos que, juntos, representam mais de 73% do PIB brasileiro.

A UNECS atua como uma só voz dos setores representados em pleitos tributários, trabalhistas, de infraestrutura e outros, perante os órgãos governamentais, o Congresso Nacional, as indústrias fornecedoras e toda a sociedade, buscando a melhoria do ambiente de negócios no país, bem como eficiência e competitividade para toda a cadeia nacional de abastecimento.

A UNECS apoia integralmente a FCS – Frente Parlamentar Mista em Defesa do Comércio, Serviços e Empreendedorismo.

A UNECS defende os interesses dos empresários do país.



O LEGISLATIVO

A Frente Parlamentar de Comércio e Serviços (FCS) é uma **coalizão suprapartidária de deputados e senadores** que tem por objetivo trabalhar na formulação de políticas públicas que apoiem este setor, tais como a simplificação da carga tributária e a desburocratização do ambiente de negócios.

A FCS é composta por 196 parlamentares (176 deputados federais e 20 senadores) e tem como presidentes o senador Efraim Filho (União-PB), no Senado, e o deputado Domingos Sávio (PL-MG), na Câmara.



Sen. Efraim Filho (UNIÃO/PB)

Presidente da FCS no Senado Federal



Dep. Domingos Sávio (PL/MG)

Presidente da FCS na Câmara dos Deputados

UM ESTADO MAIS EFICIENTE E MODERNO

REFORMA ADMINISTRATIVA, EFICIÊNCIA DO ESTADO E COMBATE AO CUSTO BRASIL

- Promover uma profunda reforma administrativa voltada à eficiência do Estado, à redução da máquina pública e ao combate sistêmico ao “Custo Brasil”, incluindo a modernização da gestão e das carreiras públicas com foco em resultados, a digitalização inteligente e a racionalização de despesas.
- Um Estado mais enxuto, ágil e eficiente é um Estado que libera recursos, simplifica processos, promove a liberdade econômica e reduz a carga sobre o setor produtivo.

Pauta em tramitação: PEC nº 32/2020, com parecer aprovado na Comissão Especial sobre a Reforma Administrativa e pronta para o Plenário da Câmara dos Deputados.

A reforma administrativa é um pilar transversal que impacta diretamente a tributação, as relações de trabalho, a desburocratização e a infraestrutura, criando um ambiente mais favorável ao empreendedorismo e à atração de investimentos.

DIGITALIZAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO DO ESTADO

A UNECS reconhece os avanços na digitalização dos serviços públicos nos últimos anos com a integração crescente de plataformas federais e estaduais; a adesão significativa e a implementação da Lei nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica – LLE) em âmbito nacional, cujos efeitos, segundo estudos econômicos da CNDL, melhoraram os indicadores socioeconômicos de estados e municípios que a implementaram.

Além disso, o uso ampliado da RedeSim para abertura, fechamento, alteração e legalização de empresas de forma simplificada; o alcance de metas de redução do tempo de abertura de empresas, apoiado por iniciativas legislativas como a inclusão do eixo “Empreendedorismo e Inclusão Socioprodutiva” no Plano Plurianual federal (2024-2027); e a evolução do Mapa de Empresas do Brasil, com informações mais completas e georreferenciadas dos negócios no país.

Aumentar a produtividade e desburocratizar os serviços da administração pública deve ser meta permanente. Assim, sugerimos as seguintes medidas:

- A digitalização deve ser acompanhada de uma revisão profunda e de simplificação das regras e padronização de procedimentos que geram complexidade, retrabalho e consumo excessivo de tempo e recursos. Menos burocracia significa mais tempo para o negócio.
- Centralização e integração de serviços públicos digitais em um portal único: transformar o Gov.br em um verdadeiro “hub empresarial”, reunindo abertura, alteração, licenciamento, emissão de certidões, cumprimento de obrigações fiscais, baixa de empresas e a obtenção de licenças e alvarás, tornando esses atos menos onerosos em tempo e custo.
- Garantir a integração interfederativa (entre União, Estados e Municípios) para eliminar redundâncias e a exigência de múltiplos cadastros e documentos.
- Prazos mais curtos, aprovações tácitas e agilidade no atendimento, com metas claras para a redução e o cumprimento dos prazos de resposta e aprovação em todos os serviços governamentais.
- Orientação e capacitação sobre processos digitais, com programas que habilitem os empresários a utilizar as ferramentas digitais do governo de forma eficaz, priorizando a orientação em vez de fiscalização.

Um Estado digitalizado e desburocratizado não é um favor, mas uma obrigação. Ao abraçar essa agenda de forma consistente e inteligente, o poder público não apenas facilita a vida de milhões de empreendedores, mas também impulsiona a produtividade, a formalização e o crescimento econômico e o desenvolvimento social do Brasil.

INTEGRIDADE DA GESTÃO PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

- Promover a integridade política em todas as instâncias do poder público e fortalecer a agenda de combate à corrupção. Isso inclui a valorização da ética na gestão pública, a transparência nas relações com o setor privado e o cumprimento rigoroso da legislação anticorrupção (Lei nº 12.846/2013).
- Compromisso com o debate técnico das proposições legislativas e os impactos reais das políticas públicas sobre a sociedade. No Brasil, às vésperas das eleições, a política frequentemente se sobrepõe à razão, e os custos de decisões de curto prazo são ignorados, prejudicando as políticas de Estado e favorecendo medidas eleitoreiras.

A corrupção desvia recursos que poderiam ser investidos em infraestrutura, educação e segurança, além de gerar concorrência desleal e minar a confiança no sistema. Uma gestão pública e um ambiente político íntegro, com garantia do debate democrático e republicano, é fundamental para a construção de uma sociedade e de um mercado justos e equitativos.

SEGURANÇA JURÍDICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS

SEGURANÇA JURÍDICA GERAL E ESTABILIDADE DE REGRAS

- Assegurar previsibilidade, clareza e estabilidade das legislações em todas as esferas (tributária, trabalhista, regulatória e de consumo), reduzindo mudanças abruptas e interpretações dúbias.
- Adotar mecanismo de avaliação de impacto regulatório para a edição de novas normas.

A incerteza regulatória é um dos maiores inibidores de investimento e crescimento. Um ambiente de segurança jurídica garante que o setor produtivo possa planejar, investir e inovar com confiança, sem o risco constante de alterações e sanções desproporcionais que comprometam a viabilidade dos negócios.

RELAÇÕES DE TRABALHO

Nos últimos anos, o setor produtivo manteve-se na defensiva diante de tentativas de retrocesso em relação à Reforma Trabalhista de 2017. A UNECS entende que a legislação trabalhista deve ser compreendida como instrumento de permanente melhoria e adequação à realidade da economia e do mercado de trabalho, de forma a combater a informalidade, criar novas formas de contratação e trazer segurança jurídica a empresas e trabalhadores. Assim, sugerem-se as seguintes ações:

- Desoneração da folha de pagamento para o comércio e serviços, aliviando os custos trabalhistas e incentivando a formalização e a contratação.
- Flexibilização das normas trabalhistas que permita maior adaptabilidade aos modelos de trabalho, facilitando contratações (regime horista, tempo parcial, intermitente e remoto) e horários de funcionamento, como o trabalho em feriados por acordo individual, especialmente para o comércio em geral.
- Regras mais claras e previsíveis, com garantia de preservação e aprimoramento da Reforma Trabalhista de 2017. Um exemplo é o julgamento da ADI 5766, em 2021, quando o STF declarou inconstitucionais os artigos 790-B e 791-A da CLT, que previam o pagamento de custas periciais e honorários advocatícios pela parte vencida. A decisão contribuiu para o aumento do número de ações trabalhistas, ao reduzir os custos para o ajuizamento de processos.

- Aprimoramento da segurança jurídica, com a implementação de mecanismos que reduzam a litigiosidade, como a criação de um Conselho de Recursos Administrativos do Trabalho para análise e julgamento de recursos oriundos de autos de infração da legislação trabalhista.
- **Jornada de trabalho 6x1:** a UNECS é contrária a uma votação açodada do fim da escala 6x1 sem que haja compensações e contrapartidas para o setor produtivo. Há um impacto financeiro e operacional ignorado no debate público, sobretudo para as pequenas e médias empresas. Apontam-se como alternativas mais realistas propostas flexíveis, como a remuneração conforme as horas trabalhadas e a previsão de dois dias de folga — um deles considerado “Descanso Semanal Remunerado”, preferencialmente aos domingos, e o outro “dia útil não trabalhado”, de livre negociação conforme a necessidade do trabalhador e o funcionamento dos estabelecimentos nos dias e horários em que o consumidor mais precisa.

Pauta em tramitação: PEC 12/2026, apresentada no Senado Federal, e PEC 40/2025, apresentada na Câmara dos Deputados.

- Apoio à capacitação e à qualificação da mão de obra, com políticas públicas que invistam na formação dos trabalhadores, alinhando habilidades às demandas do mercado e das regiões.
- Revisão do assistencialismo que desincentiva o trabalho formal e gera escassez de mão de obra, avaliando os programas sociais e os critérios de acesso aos benefícios para que não desestimulem a busca por empregos formais, incentivando a formalização dos beneficiários.
- Regulação da economia de plataformas, de modo a evitar a concorrência desleal com o emprego formal e com os pequenos negócios. Para o setor de comércio e serviços — porta de entrada para o trabalho formal no país —, a economia de “bicos” em plataformas é um problema de médio a grande impacto na retenção de mão de obra formal.

A modernização das relações de trabalho não é apenas uma demanda do setor produtivo, mas uma necessidade estratégica para o Brasil. Ao reduzir custos, ampliar a flexibilidade, garantir segurança jurídica e qualificar a mão de obra, o próximo governo permitirá que o comércio e serviços floresça, gerando mais empregos de qualidade, elevando a produtividade e contribuindo decisivamente para a competitividade e o crescimento econômico do país.

CADEIAS PRODUTIVAS RESILIENTES

- Fomentar políticas voltadas à construção de cadeias produtivas mais robustas e resilientes no Brasil, com incentivos à produção nacional, redução da dependência de importações em setores estratégicos e investimentos em infraestrutura que protejam o abastecimento de choques climáticos e crises globais.

- Esperam-se impactos positivos nas cadeias de suprimentos do varejo nacional a partir da implementação da Nova Indústria Brasil (Decreto nº 12.023/2024), que tem por objetivo impulsionar o desenvolvimento da indústria nacional até 2033.

A pandemia e os conflitos globais demonstraram a fragilidade das cadeias de suprimentos. Investir em resiliência significa garantir o abastecimento, a segurança econômica e a capacidade de resposta do varejo a cenários adversos.

COMPETITIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

SISTEMA TRIBUTÁRIO

A UNECS reconhece a aprovação da Reforma Tributária sobre o consumo, após quase 40 anos de debates, com foco na unificação de tributos por meio da criação de um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, que busca encerrar a guerra fiscal entre os estados pela tributação no destino e harmonizar as diferenças de alíquotas mediante acordos com as governanças estaduais e municipais. Diante disso, a UNECS entende que as medidas em fase de transição e regulamentação devem garantir:

- **Redução da carga tributária:** diminuição efetiva da carga tributária sobre o setor, preservando a competitividade e evitando a majoração de alíquotas já elevadas.
- **Simplificação e desburocratização:** um sistema tributário verdadeiramente simples, com regras claras, estáveis e menor volume de obrigações acessórias, liberando recursos e tempo para o crescimento dos negócios.
- **Isonomia e tratamento equitativo:** condições de concorrência justas para todos, combatendo a guerra fiscal e o tratamento desigual entre o varejo nacional e o comércio eletrônico internacional com produtos importados, a exemplo da tributação das importações de até 50 dólares.
- **Fortalecimento e ajuste do Simples Nacional:** garantir sua preservação, a segregação de faturamento por CNPJ de um mesmo CPF e o crédito presumido da nova Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), bem como a correção de valores e o aumento dos limites do regime, vitais para a sobrevivência, o investimento, a competitividade e o crescimento dos micro e pequenos negócios. **Pauta em tramitação:** PLP nº 108/2021, em análise pela Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

- **Atualização dos limites dos regimes tributários simplificados (Simple Nacional e Lucro Presumido):** corrigir a defasagem dos tetos de enquadramento, agravada pela inflação acumulada e pelo aumento dos custos operacionais, de modo que o crescimento meramente nominal do faturamento não force micro, pequenas e médias empresas a migrar para regimes mais complexos e onerosos. A medida preserva a competitividade, estimula a formalização, assegura previsibilidade tributária e evita que a tributação se torne um obstáculo à expansão dos negócios.
- **Ajustes na Lei nº 15.270/2025:** revisão da regulamentação da tributação sobre renda e dividendos, para mitigar impactos negativos e afastar a oneração das MPEs.
- **Split payment gradual:** implementação escalonada do split payment, — divisão automática do recolhimento tributário instituída pela reforma tributária,—, com testes iniciais para grandes redes, evitando impactos operacionais negativos aos pequenos varejistas.
- **Regime contábil diferenciado para entidades sem fins lucrativos:** regime específico no IBS e na CBS, com isenção de alíquotas para as atividades próprias dessas entidades, reconhecendo sua função institucional e garantindo sua sustentabilidade.
- Correção de distorção gerada pela Lei Complementar nº 224/2025, assegurando que entidades sem fins lucrativos mantenham 100% de seus benefícios tributários federais, como a isenção de IRPJ, CSLL e COFINS. **Pauta em tramitação:** PLP nº 11/2026, aprovado pelo Plenário do Senado e aguardando análise da Câmara dos Deputados.

A UNECS tem a responsabilidade de ser a voz ativa que traduz as angústias e as esperanças de milhões de empreendedores brasileiros. O Manifesto do Varejo para as eleições gerais de 2026 defende um sistema tributário que não seja um entrave, mas um catalisador do desenvolvimento, com menos burocracia, mais justiça fiscal, mais isonomia e segurança jurídica. É a partir dessas premissas que se constrói um ambiente de negócios mais competitivo, capaz de gerar mais empregos e renda para o Brasil.

CRÉDITO E FINANCIAMENTO

O crédito e o financiamento para o consumo de bens e serviços são os pontos centrais no desenvolvimento do ambiente de negócios, especialmente para os micro e pequenos empresários.

A UNECS tem alertado sobre o elevado índice de inadimplência no Brasil, reconhece as medidas adotadas nos últimos anos para o fortalecimento do PRONAMPE permanente e segue buscando o comprometimento dos Poderes Legislativo e Executivo com o fortalecimento da educação financeira no país e que os bancos públicos e os privados sejam regidos com políticas de crédito e financiamento acessíveis e desburocratizadas — com taxas, carências e parcelamentos diferenciados às MPEs. Assim, sugerem-se as seguintes medidas:

- **Redução estrutural das taxas de juros:** adotar políticas macroeconômicas que permitam a queda sustentável da taxa Selic.
- **Controle dos gastos públicos:** conduzir a política fiscal com responsabilidade, como meio fundamental para controlar a inflação e permitir a redução dos juros no longo prazo.
- **Fortalecimento das garantias:** ampliar a capilaridade dos fundos garantidores e fomentar novas formas de garantia, como estoque e recebíveis, reduzindo o risco das instituições financeiras e facilitando o acesso ao crédito sem exigência excessiva de garantias reais.
- **Desburocratização do acesso ao crédito:** implementar um portal único e simplificado para a solicitação de crédito subsidiado, com processos ágeis, digitais e menores exigências documentais, reduzindo o tempo entre a solicitação e a liberação.
- **Melhoria contínua dos programas de subsídio de juros:** a exemplo do PRONAMPE às MPEs, é preciso garantir taxas e prazos condizentes com a capacidade de pagamento das pequenas empresas.
- **Democratização e inclusão financeira:** assegurar que os programas de crédito cheguem a todos os portes de empresa, com foco nas MPEs e nos MEIs, acompanhados de consultoria financeira (Sebrae) para garantir o uso eficiente dos recursos.
- **Isonomia de tratamento:** garantir que o setor de comércio e serviços receba o mesmo reconhecimento e as mesmas condições de acesso ao crédito e incentivos concedidos a outros setores estratégicos da economia.
- **Fomento à inovação financeira:** por meio do uso de tecnologias e da atuação de cooperativas de crédito, fintechs, Sociedades de Crédito Direto (SCDs) e Empresas Simples de Crédito (ESCs) — que operam de forma mais ágil e desburocratizada do que os bancos tradicionais —, ampliando a oferta de crédito, estimulando a concorrência e tornando o sistema financeiro mais eficiente e acessível aos negócios.
- Fomento ao cadastro positivo e aos bons pagadores, à educação financeira e a adoção de medidas que apoiem as famílias e os empreendedores na renegociação de dívidas e na redução da inadimplência, que compromete o poder de compra, o acesso ao crédito, o consumo e a subsistência.

- Garantir que as políticas de crédito setoriais compartilhem as informações creditícias com os birôs de crédito devidamente constituídos para essa finalidade, pois possuem governança robusta e cumprem a função social na recuperação e na democratização do crédito, permitindo tanto a autoconsulta pelos próprios consumidores — titulares dos dados — quanto a análise pelos credores de forma segura e com garantia de privacidade, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 - LGPD).

O acesso ao crédito precisa ser simplificado e democratizado. A; a concessão é necessária a quem gera emprego e movimenta a economia. Ao implementar essas medidas, o próximo governo não apenas ampliará o acesso a recursos, mas injetará confiança no varejo, permitindo que os empreendedores invistam, inovem e contribuam plenamente para um Brasil mais próspero e com mais oportunidades para todos.

INFRAESTRUTURA, LOGÍSTICA E DESENVOLVIMENTO URBANO

A digitalização do comércio trouxe novas questões a processos que pareciam dominados pelos empresários. O comércio físico integrado ao comércio eletrônico, o armazenamento, o controle de estoque e a velocidade de entrega de produtos passaram a ser revisitados sob outra perspectiva, e demandas por conectividade, serviços de estocagem, novas soluções logísticas e ampliação de redes móveis tornaram-se cruciais para o Comércio e os Serviços.

A UNECS reconhece que, nos últimos anos, ocorreu o maior volume de concessões de infraestrutura da história do Brasil, com a realização de leilões federais de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Reconhece, ainda, a redução em 60% das alíquotas do IBS e da CBS sobre operações relacionadas a projetos de reabilitação urbana de zonas históricas e de áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, prevista na nova reforma tributária, e a retomada do Conselho das Cidades (ConCidades), vinculado ao Ministério das Cidades, no qual foi eleita, pela primeira vez, como membro para propor, acompanhar e avaliar diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), incluindo habitação, saneamento e mobilidade. Diante desse cenário, a UNECS entende ser necessário um esforço de investimento em infraestrutura, logística e desenvolvimento urbano no país.

- **Investimento prioritário na malha viária:** destinar recursos à melhoria, à manutenção e à ampliação de rodovias e vias urbanas, com foco na redução de buracos, na fluidez do trânsito e na segurança.
- **Desenvolvimento do transporte multimodal:** investir na expansão e na modernização de ferrovias, hidrovias e aeroportos regionais, reduzindo a dependência rodoviária e oferecendo alternativas mais eficientes, sustentáveis e econômicas para o transporte de pessoas e cargas, especialmente em regiões mais remotas e distantes dos grandes centros.
- **Ampliação e qualificação da conectividade digital:** expandir a infraestrutura de internet de alta velocidade (incluindo 5G) e garantir sua qualidade em todas as localidades, essencial à digitalização do varejo e à gestão logística.
- **Inovação em logística urbana:** fomentar soluções e a criação de centros de distribuição inteligentes e hubs de coleta/devolução, para otimizar e reduzir os custos da "última milha", — etapa final da cadeia logística, na qual o produto sai de um centro de distribuição ou loja e é entregue diretamente ao cliente final. .
- **Revisão da carga tributária sobre combustíveis:** implementar políticas que reduzam os custos operacionais do transporte.
- **Melhoria da qualidade da energia elétrica:** investir na infraestrutura de energia para garantir fornecimento estável e de qualidade, evitando interrupções que afetem a operação dos negócios — insumo crítico para o varejo digital.
- Fomento a políticas públicas de revitalização dos centros urbanos, turísticos e históricos que promovam a circulação segura de pessoas, a preservação do patrimônio histórico e cultural, e o estímulo ao comércio e ao turismo local, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social das cidades brasileiras.
- Apoio a Políticas Públicas e a Parcerias Público-Privadas de melhoria da mobilidade, incentivando a participação de lideranças do varejo local em iniciativas, fóruns e conselhos que aprimorem o fluxo de pessoas e veículos nas cidades.

Infraestrutura e logística modernas, eficientes e de baixo custo são pré-requisitos para um varejo competitivo e para um Brasil que se insira de forma proativa na economia digital global. Investimentos são necessários, assim como a implementação de políticas que transformem o nosso país e garantam que os fluxos de pessoas e mercadorias sejam tão ágeis quanto as demandas dos consumidores.

FORTALECIMENTO DA ECONOMIA LOCAL E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

- Fortalecer políticas públicas que incentivem o comércio local e a regionalização das cadeias de valor, a exemplo das campanhas de conscientização que contam com o apoio do Sebrae — “Compre do pequeno! Compre local!”.
- Priorizar empresas locais nas compras governamentais e desenvolver programas de apoio ao desenvolvimento econômico regional.

O comércio local é o coração das cidades, gerando empregos, renda e identidade. Incentivá-lo significa fortalecer a economia de base, criar um ciclo virtuoso de consumo e produção e garantir a vitalidade dos centros urbanos.

IMPACTOS DAS APOSTAS ON-LINE SOBRE A ECONOMIA E O CONSUMO

A expansão acelerada das plataformas de apostas on-line tem produzido efeitos relevantes sobre a economia brasileira, especialmente sobre o comércio e os serviços. O comprometimento crescente da renda das famílias com apostas reduz o consumo de bens e serviços, aumenta o endividamento, agrava problemas de saúde mental e gera impactos negativos sobre a atividade econômica, sobretudo para micro e pequenas empresas.

A UNECS manifesta preocupação com esse cenário e defende a adoção de medidas que promovam um ambiente regulatório responsável, equilibrado e eficiente, assegurando a proteção dos consumidores, a preservação do poder de compra das famílias e a integridade do ambiente de negócios.

- Fortalecer a fiscalização e o combate às plataformas de apostas que operam em desacordo com a legislação brasileira.
- Aperfeiçoar os mecanismos de proteção aos consumidores, especialmente quanto à prevenção do superendividamento e da ludopatia.
- Promover campanhas permanentes de conscientização sobre os impactos econômicos e sociais das apostas on-line.

- Garantir que a regulamentação e a fiscalização do setor priorizem a proteção da economia formal, a transparência das operações e o combate à lavagem de dinheiro.
- Avaliar permanentemente os impactos das apostas sobre o consumo das famílias, a arrecadação, o comércio e os serviços, subsidiando a formulação de políticas públicas baseadas em evidências.

O fortalecimento do comércio e dos serviços depende de consumidores financeiramente saudáveis, de um ambiente concorrencial equilibrado e de políticas públicas que preservem a renda das famílias e estimulem o consumo produtivo. O enfrentamento responsável dos impactos das apostas on-line representa medida essencial para a sustentabilidade econômica e social do país.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO COMÉRCIO E SERVIÇOS

O avanço tecnológico, as mudanças nos hábitos do consumidor e as novas formas de varejo digital exigem políticas públicas de incentivo à inovação. A todo momento surgem novas maneiras de transformar a experiência do consumidor com o uso da tecnologia, e a inovação consolida-se, mais do que nunca, como diferencial competitivo entre empresas e países.

A UNECS entende a necessidade de fortalecer o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Fórum do Setor de Comércio e Serviços, bem como de aprimorar a Estratégia Nacional de Inovação, de modo a inserir o setor nos eixos e diretrizes definidos na Política Nacional de Inovação.

- Aumentar a acessibilidade das tecnologias por meio de inclusão digital menos custosa, prática e segura. Levantamento da UNECS sobre a adoção tecnológica do setor mostra que meios de pagamento digitais/PIX e as lojas virtuais/marketplaces já são amplamente utilizados, enquanto a IA generativa ainda se encontra em fase de exploração na maioria das empresas.

- Criar um “Programa Nacional Varejo 4.0” de fomento à capacitação e à educação tecnológica, com programas robustos de qualificação gerencial e técnica para empresários e colaboradores, focados no uso prático de tecnologias digitais, comércio eletrônico, análise de dados e Inteligência Artificial no varejo.
- Desburocratizar e criar ecossistemas de inovação:, simplificando processos para a adoção de tecnologias e estimulando a criação de ambientes de inovação aberta que aproximem varejistas de startups, universidades e fornecedores de tecnologia acessíveis. Após a aprovação do Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182/2021), é fundamental a sua revisão para destravar investimentos e reduzir a burocracia.
- Regulamentação coesa e inclusiva para a Inteligência Artificial (PL nº 2.338/2023): estabelecer regras claras para o uso de IA garantindo segurança jurídica, proteção ao consumidor e endereçando as preocupações com segurança de dados e transição do mercado de trabalho, mas sem travar a inovação, o desenvolvimento e as aplicações tecnológicas no setor produtivo.
- Apoio às entidades de classe, fortalecendo parcerias com entidades representativas para a disseminação de informações, a organização de eventos e a criação de programas de apoio à inovação aderentes às demandas reais do setor.

A inovação deve ser uma ferramenta acessível e democrática de crescimento para todo o varejo. O próximo governo tem a chance de catalisar essa transformação, investindo em políticas que resolvam os desafios financeiros e de conhecimento, promovendo um ambiente favorável para que os empreendedores possam não apenas adotar as tecnologias existentes, mas também liderar a próxima onda de inovação.

ESG E SUSTENTABILIDADE

A UNECS reconhece os avanços recentes em Governança Ambiental, Social e Corporativa, conceito internacionalmente conhecido pela sigla ESG (Environmental, Social and Governance), como a inserção da economia verde e da transição energética entre as prioridades do governo federal, a realização da COP 30 e o compromisso estratégico com o Pacote de Belém/PA. Houve, ainda, avanços na regulamentação do mercado de carbono brasileiro, no financiamento verde e nas exigências regulatórias para as cadeias de valor do varejo relacionadas a logística, à energia, à gestão de resíduos e aos fornecedores, bem como na ampliação de programas federais de responsabilidade social, inclusão e diversidade.

A visão da UNECS é a de que os agentes públicos devem permanecer conectados ao tema, aplicando seus conceitos em todas as iniciativas; alerta, contudo, que o assunto ainda é pouco conhecido e distante do empresariado na ponta, e defende ações sobre economia circular e logística sustentável nas cadeias de valor do comércio e serviços:

- Desenvolver programas de capacitação básica aos micro e pequenos varejistas e colaboradores, antes de propor obrigações ou certificações, conscientizando sobre os princípios e benefícios do ESG e demonstrando como aplicar essas práticas com foco em soluções de baixo custo e alto impacto.
- Implementar incentivos fiscais e linhas de crédito subsidiadas para a adoção de tecnologias de eficiência energética e fontes renováveis, como a solar.
- Implementar políticas de equidade energética: a título de exemplo, o estado de Rondônia possui a energia mais cara do país, apesar de abrigar grandes usinas hidrelétricas, configurando injustiça tarifária regional que demanda atenção.
- Simplificar e desburocratizar o acesso ao Mercado Livre de Energia para pequenas e médias empresas, permitindo a negociação de preços mais competitivos.
- Criar incentivos fiscais e linhas de crédito acessíveis para a implementação de práticas de gestão de resíduos e logística reversa, com regulamentações viáveis à realidade das MPEs.
- Defender medidas que promovam o fortalecimento da governança, da ética e da transparência, com canais seguros de denúncia e combate à informalidade.
- Oferecer orientação sobre as melhores práticas em condições de trabalho, inclusão e diversidade, promovendo a segurança jurídica nas relações.

A sustentabilidade é um investimento estratégico. Ao apoiar o varejo em sua jornada ESG, o poder público não apenas contribui para um Brasil mais verde e justo, mas também fortalece a competitividade e a resiliência de um setor vital para a economia.

EMPREENDEDORISMO FEMININO

- Fomentar a formalização de empresas geridas por mulheres e garantir programas permanentes de capacitação em gestão, inovação, finanças e liderança feminina, adaptados às necessidades específicas do setor e com foco em ferramentas práticas para o dia a dia do negócio.
- Reconhecer a estrutura de apoio social, de segurança e de saúde à mulher empreendedora como elemento essencial ao desenvolvimento econômico, uma vez que a ausência dessas condições impacta diretamente a igualdade de oportunidades e o crescimento sustentável do país — a exemplo do direcionamento de orçamento público e da adoção de medidas como a Lei nº 14.457/2022 (Programa Emprega + Mulheres).
- Ampliar o acesso ao crédito para mulheres empreendedoras, especialmente micro e pequenas empresárias, com condições mais flexíveis, taxas de juros reduzidas e garantias adaptadas à sua realidade — o Programa Acredita, lançado em 2024, é referência ao passar a considerar 50% do faturamento de empresas lideradas por mulheres.
- Desenvolver políticas públicas que apoiem a maternidade empreendedora, reconhecendo os desafios e oferecendo soluções para o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.
- Fortalecer a rede de apoio, com a ampliação da oferta de creches públicas em horários compatíveis com a realidade do comércio e dos serviços e próximas a centros comerciais e polos empresariais, conferindo às mães empreendedoras tranquilidade para conciliar a maternidade com o empreendedorismo.
- Promover ambientes empresariais mais seguros, inclusivos e livres de qualquer forma de discriminação, garantindo que as mulheres empreendedoras possam atuar com respeito e equidade.
- Incentivar a formação de redes de conexão e mentoria entre mulheres empreendedoras, criando um ecossistema de apoio mútuo e troca de experiências.
- Apoiar e expandir iniciativas como a CDL Mulher e os Conselhos da Mulher Empreendedora, ampliando sua atuação em todo o território nacional para que se tornem polos de conexão, capacitação e desenvolvimento de lideranças femininas.

Fortalecer a participação feminina no varejo é fortalecer a economia brasileira. É fundamental que políticas públicas e iniciativas institucionais avancem no sentido de criar condições reais para que mais mulheres empreendam, cresçam e liderem.

SEGURANÇA PÚBLICA, CRIMES FÍSICOS E CIBERNÉTICOS

O crime e a violência têm origem em diversos fatores, mas as consequências do estado de insegurança afetam, invariavelmente, o mesmo setor: o de Comércio e Serviços — seja pela vulnerabilidade física de clientes e empresários, seja pelos efeitos destrutivos de práticas como o comércio e as apostas ilegais sobre as pessoas, as empresas e as contas públicas. Com o avanço da digitalização dos negócios, surgem novas modalidades, como os cibercrimes.

A UNECS defende ações articuladas entre União, Estados e Municípios no combate à violência e às práticas ilegais de comércio que correm à margem do interesse público, muitas vezes travestidas de “e-commerce” e alimentando crimes como roubo de dados, lavagem de dinheiro, evasão de divisas, sonegação e corrupção. São sugeridas as seguintes propostas:

- **Segurança física:** maior efetivo e policiamento ostensivo, priorizando a presença policial em áreas comerciais e centros urbanos para a prevenção e a resposta rápida a roubos, furtos e vandalismo.
- **Investimento em segurança urbana:** ampliar o investimento público em infraestrutura de segurança, como videomonitoramento inteligente e iluminação pública, contribuindo para a zeladoria e a vitalidade das áreas comerciais.
- **Segurança nas estradas e áreas de distribuição:** fortalecer a segurança nas rotas de transporte e nas áreas de armazenagem para prevenir e combater o roubo de cargas, garantindo a integridade dos trabalhadores e das mercadorias.
- **Combate ao comércio ilegal (físico e on-line):** intensificar a fiscalização e o combate ao contrabando e à pirataria em feiras ilegais, marketplaces e plataformas de venda de produtos irregulares, em fronteiras e portos, garantindo a isonomia competitiva ao varejo formal.
- Campanhas de conscientização sobre os riscos da compra em plataformas ilegais e sobre a importância do varejo formalizado para a economia.
- Combate às apostas ilegais, que prejudicam a saúde mental, consomem o poder de compra da população e sustentam a criminalidade e a lavagem de dinheiro.

- **Cibersegurança:** prevenção, capacitação e estrutura para desenvolver e fortalecer políticas públicas que incluam campanhas de conscientização e de boas práticas digitais para consumidores e MPEs, como a autenticação de dois fatores, backups e antivírus corporativos.
- **Estratégia nacional de cibersegurança:** envolver órgãos reguladores e entidades empresariais na prevenção, no monitoramento e na resposta a ataques cibernéticos, com estruturas policiais especializadas.
- **Combate a fraudes:** ações de prevenção e combate a fraudes em cartão de crédito, PIX e demais meios de pagamento, além do roubo de informações e dados de clientes.
- **Articulação entre forças de segurança:** promover a integração entre polícias, Ministério Público e Judiciário e entre os entes federativos (União, Estados e Municípios), para uma resposta coordenada e célere à criminalidade.
- Garantir a participação das entidades representativas do varejo nos Conselhos e Fóruns de Segurança Pública, para que a voz do setor seja ouvida e suas demandas atendidas.

A segurança é um investimento essencial ao desenvolvimento social e econômico. O próximo governo tem o dever de assegurar um ambiente seguro, no qual os empreendedores possam trabalhar e investir sem medo, e os consumidores possam comprar com confiança.

O COMPROMISSO PERMANECE

Independentemente do resultado das eleições, a UNECS reafirma seu compromisso de contribuir tecnicamente para a construção de políticas públicas que fortaleçam o comércio, os serviços, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável do Brasil.

O **diálogo institucional**, a **segurança jurídica** e a **previsibilidade** são condições essenciais para ampliar **investimentos**, **gerar empregos** e promover **crescimento econômico**.

Este Manifesto representa a disposição permanente do setor em colaborar com os Poderes da República na construção de um **ambiente de negócios mais competitivo e favorável ao desenvolvimento nacional**.



UNECS

UNIÃO NACIONAL DE ENTIDADES
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS



PATROCÍNIO:

Contabilizei.

Qualiseg
BRASIL

Corretora de Seguros e Benefícios



www.unecs.org.br



[@unecs oficial](https://www.instagram.com/unecs oficial)



www.linkedin.com/in/unecs